

PRECONCEITO ÉTNICO-RACIAL POR MEIO DA INTERAÇÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA DE VYGOTSKY NO ÂMBITO ESCOLAR

Gleidson da Silva Oliveira

Cristiane Maria Ribeiro

DOI: <https://doi.org/10.29327/5365336.1-7>

RESUMO

O estudo objetiva-se em analisar o preconceito étnico-racial por meio da interação social na perspectiva de Vygotsky no âmbito escolar. O estudo abordará metodologia qualitativa, uma vez que serão pesquisados aspectos relacionados a resultados da ação humana, por meio de análise de conteúdos, segundo Bardin, os quais permitirão observar a identificação da prática nas escolas da visão social, ou se há uma nova abordagem antirracista. A pesquisa se faz relevante ao meio social, pois demonstra que o ambiente escolar é campo imprescindível para a (re)construção de pensamentos solidificados e ao mesmo tempo flexíveis para o combate do preconceito étnico-racial. Dessa forma, conquanto a escola seja um meio da condução das ideologias estatais, cabe ao educador manobras para que as concepções arraigadas na sociedade e a propagação na interação social sejam reanalisadas para uma visão de desconstrução de pensamentos egocêntricos, passando a ter uma sociedade altruísta. Enfim, faz necessário uma reavaliação no papel social, acerca da transmissão de (pre)conceito, (pre)concepções diante do outro, o que se deve haver uma manipulação benéfica das informações com intuito de edificação do outro, concedendo a possibilidade da criação de identidade negra no corpo social.

Palavras-chaves: Preconceito étnico-racial; Interação social; Âmbito escolar.

RESUMEN

El estudio tiene como objetivo analizar los prejuicios étnico-raciales a través de la interacción social desde la perspectiva de Vygotsky en el entorno escolar. El estudio abordará la metodología cualitativa, ya que se investigarán aspectos relacionados con los resultados de la acción humana, a través del análisis de contenido, según Bardin, lo que permitirá observar la identificación de la práctica en las escuelas de visión social o un nuevo

enfoque antirracista. La investigación es relevante para el entorno social, porque demuestra que el ambiente escolar es un campo indispensable para la (re)construcción de pensamientos solidificados y al mismo tiempo flexibles para combatir los prejuicios étnico-raciales. Así, si bien la escuela es un medio para conducir ideologías estatales, corresponde al educador maniobrar para que las concepciones arraigadas en la sociedad y la propagación en la interacción social sean reanalizadas para una visión de deconstrucción de pensamientos egocéntricos, comenzando a tener una sociedad altruista. Finalmente, es necesaria una reevaluación en el rol social, sobre la transmisión de (pre)concepto, (pre)concepciones ante el otro, que debe ser una manipulación beneficiosa de la información para construir el otro, otorgando la posibilidad de crear identidad negra en el cuerpo social.

Palabras clave: Prejuicio étnico-raciales; Interacción social; Ambiente escolar.

INTRODUÇÃO

O estudo objetiva-se em analisar o preconceito étnico-racial, por meio da interação social, na perspectiva de Vygotsky no âmbito escolar. Dessa forma, abordará a temática do preconceito étnico-racial admirando os ensinamentos de Vygotsky, bem como argumentando o começo de todo um processo marcado pela arrogância e ganância do homem europeu sobre o homem brasileiro, suas formas e consequências de ver a diferença alheia, inferiorizando aqueles os quais não há semelhança ou igualdade nos moldes europeus, fazendo que os diferentes sejam servidores de seus caprichos e vontades.

Para um discurso robusto acerca da temática do preconceito étnico—racial, por meio da interação social, na perspectiva de Vygotsky, no âmbito escolar, ficar-se-á ancorado em autores como Lavinsky, Souza e Pereira (2019); Gomes (2005); Ianni (1997); Oliveira e Abramowicz (2010); Althusser (1985); Carvalho e Scaldaferrri (2017); Pereira (2007); Santomé (1995); Cunha Júnior (2001); Santos (2016); Santos (1989); Ratts (2010); Neves (2008); Gonçalves (1999); Vygotsky (1998, 2001a, 2001b); Rogoff

(1988); Cavalleiro (2004); Almeida (2019); Francisco Jr. (2007); Silva (2004); Brasil (2004).

O estudo apresentará a pseudodemocracia racial, por meio das leis promulgadas, com o intuito de igualdade de direitos na consciência humana, pois se sabe que, na realidade, é inexistente, fundamentando-se na Lei 10.639/2003. A liberdade da propriedade, na qual o homem negro deixa de ser posse da cultura escravocrata tornando-se ser livre de seus “donos”, não acontece, pois se percebe que a escravidão ainda permanece nos dias atuais de forma intelectual, em que o afrodescendente se torna preso em mentalidades ignorantes que continuam a tratá-lo como o ser inferior e servidor ou buscam valorizar a cultura e o ser afro-brasileiro dentro das escolas, porém a conscientização e a valorização ocorrem, tão somente, no dia da Consciência Negra e nada além.

Nesse argumento, vê-se a importância da sociedade no processo de aprendizagem e na formação humana, uma vez que o indivíduo gera conhecimento por meio da interação social, do outro social que contribui, significativamente, como influenciador e mediador deste indivíduo vulnerável ao saber. Assim, Vygotsky ensina que o homem não constrói o saber isoladamente, mas sim pelo convívio e participação social. Dessa forma, na interação social, há a possibilidade da formação de sujeitos que constroem ou desconstróem o preconceito étnico-racial.

Com essa argumentação, objetiva-se o aprofundamento do estudo da cultura afrodescendente, afro-brasileira, reconhecendo o valor que esses povos possuem dentro de nossas entrelinhas culturais brasileiras, mas que ainda são marginalizados pelo outro, a análise da aplicação dos instrumentos didáticos e leis que permitem e garantem essa aproximação com a realidade negra existente em todos os indivíduos e lugares; aceitar, verdadeiramente, o afrodescendente em suas características físicas, estereótipos genéticos, dando-lhe autoestima, e identificação de sua beleza, rompendo os obstáculos

para o acordar do pesadelo da escravidão, em definitivo, inserindo-o, no seio social, ancorados por discursos antirracistas.

Importante se faz abordar uma metodologia qualitativa e quantitativa abordando e explorando os instrumentos que tornam a temática acessível ao indivíduo/leitor, inserindo-o nas tradições, costumes, crenças, hábitos, observando e compreendendo as mudanças ao longo do tempo; aprofundando no estudo individualizado com o público-alvo; palpando os problemas inerentes ao tema e contribuindo com possíveis soluções.

Este trabalho se torna relevante, pois atinge o âmago da sociedade, ao tentar, conscientizá-la de que precisa pensar em inúmeras pessoas que necessitam da liberdade verdadeira, de mentes e intelectos livres dos pensamentos coloniais, dando-lhe abertura ao acolhimento cultural.

METODOLOGIA

Esta pesquisa será desenvolvida com base na abordagem qualitativa, explorando as relações étnico-raciais, de forma minuciosa, havendo articulação da interação social e a perspectiva de Vygotsky. Dessa forma, faz-se necessário, para a pesquisa, a análise de obras e documentos voltados às políticas educacionais escolares para a compreensão do referido estudo.

Dessa forma, a abordagem qualitativa parte da premissa de que o significado é resultado da ação humana o qual não poderá ser compreendido do ponto de vista quantitativo, pois ressalta-se que a temática passa na psicológico do indivíduo, o ser individualizado, sendo o estudo e a análise dos resultados advindos do contato com pessoas (FRASER; GONDIM, 2004).

Creswell (2010) define a abordagem qualitativa como sendo “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”. Os principais

procedimentos qualitativos, segundo Creswell (2010), focam-se em amostragem intencional, coleta de dados abertos, análise de textos ou de imagens e interpretação pessoal dos achados.

Em outras palavras, a análise documental apresenta o conteúdo dos documentos da instituição de maneira mais acessível e facilitada, o observador passa a entender mais facilmente o funcionamento e as regras gerais deles. A observação, entretanto, permite que o observador identifique se tudo que está posto em documento é realmente aplicado no cotidiano. Para Bardin (2011):

A análise documental como uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência, a análise documental tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação. O propósito é atingir o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo) com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo). A análise documental é, portanto, uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados (BARDIN, 2011, p. 51).

A coleta de dados qualitativos é feita de forma aprofundada, sendo os dados cuidadosamente coletados em cada uma das fontes, utilizando dos recursos de busca como periódicos da CAPES e Google Scholar, apropriando de matéria cognitiva para a realização de pesquisa fundada em autores que abordam as relações étnico-raciais.

Por fim, tal análise dos dados qualitativos é considerada relevante, uma vez que apontará importantes suportes para concluir o referido estudo, identificando os achados, apontando as relações entre as múltiplas fontes e discutindo com a teoria. Isso tudo vai gerar fundamento de análise que será

utilizado para a conclusão do estudo.

DESENVOLVIMENTO

Ao mencionar preconceito étnico-racial rememora-se a história marcada pela eliminação do negro por ser classificado contrário aos padrões físicos dos colonizadores. Dessa forma, sem autonomia na defesa dos seus próprios conceitos, o Brasil se torna obediente à raça hegemônica difundida pelo meio social e propagada pela interação social. Ademais, é lastimável perceber que tais atitudes instigam a discriminação étnico-racial, reafirmando a supremacia do branco e a inferioridade do negro, tornando-a natural no campo social (LAVINSKY; SOUZA; PEREIRA, 2019).

A perpetuação hierárquica do ser humano é fixada na relação de poder, ao ditar o diferente e o não diferente, produzindo e reproduzindo, de forma positiva ou negativa, a propagação da cultura outorgada pelos dominantes. Dessa forma, a exaltação da cultura branca, dita como superior, contribui com a disseminação de estereótipos de inferioridade de toda cultura que não correspondem à ditada pelos poderes dominantes, neutralizando, especificamente, a cultura negra como algo sem significância, sem valor ou, ainda, fora do contexto social (LAVINSKY; SOUZA; PEREIRA, 2019).

Assim sendo, o indivíduo negro passa a ser identificado pela rotulação de suas características físicas, havendo a divisão da sociedade em negros e brancos, assim afirma Gomes (2005):

Não podemos negar que, na construção das sociedades, na forma como negros e brancos são vistos e tratados no Brasil, a raça tem uma operacionalidade na cultura e na vida social. Se ela não tivesse esse peso, as particularidades e características físicas não seriam usadas por nós, para identificar quem é negro e quem é branco no Brasil. E mais, não seriam usadas para discriminar e negar direitos e oportunidades aos negros em nosso país (GOMES, 2005, p. 48).

Como destaca Ianni:

Esta é uma longa história, começando com os grandes descobrimentos marítimos e desenvolvendo-se através do mercantilismo, colonialismo, imperialismo, transnacionalismo e globalismo. De tal modo que no fim do século XX a África, Oceania, Ásia, Europa e Américas continuam desenhadas no mapa do mundo e no imaginário de todo o mundo como uma multiplicidade de etnias ou raças distribuídas, classificadas ou hierarquizadas de formas muitas vezes extremamente desiguais (IANNI, 1997, p. 158).

Dessa forma, aqueles os quais não possuíam características semelhantes ou iguais ao modelo “padrão”, eram classificados ou/e hierarquizados, ou melhor, subjugados por suas diferenças, fato este que alimenta a ideia da diferença como sinônimo de inferioridade. Neste contexto, a distorção histórica e a desigualdade iniciada por essa concepção de diferença, tratada como sinônimo de inferioridade, prevalece atualmente.

Nessa vertente, sabe-se que a atribuição de rótulos, pensamentos e ideias preconceituosos brotam do seio social, vê-se que desde cedo as crianças são inteiramente influenciadas e configuradas nas relações sociais. A referida interação com o outro ser social seja ele de sua realidade cotidiana ou externa, seja do ambiente familiar ou escolar, será significativamente responsável pelas definições subjetivas concretizadas na consciência infantil. Desse modo, é a partir dessas concepções que os seres humanos constroem suas autoimagens e suas identidades, podendo ser positivas ou negativas (OLIVEIRA; ABRAMOWICZ, 2010).

Sabe-se que a escola se torna imprescindível na formação identitária do cidadão, possibilitando absorção cultural e ideológica por meio dos conhecimentos transferidos aos seus aprendizes, também pela interação social, uma vez que não se respalda somente por meio de ideologias dominantes. Prestar-se a essa condição é descumprir seu papel social na formação integral do aluno, uma vez que se limitará na reprodução da vontade da sociedade capitalista. Desse modo, no ambiente educacional

aprendem as “regras” de convivências, o comportamento voltado ao correto, a moral cívica e profissional, o respeito, sendo tais campos necessários para a acolhimento do outro (ALTHUSSER, 1985; CARVALHO; SCALDAFERRI, 2017).

Araújo e Rocha (2016) dizem que

a educação como um elemento constituinte do Estado, órgão regulador das sociedades de classes, passa a ter papel central na institucionalização das normas e regras da vida social (ARAÚJO; ROCHA, 2016, p. 5).

Nota-se que as relações educacionais, os conteúdos, as regras, a estrutura organizativa, o funcionamento são “estabelecidos” por instituições e representantes do Estado. Assim, o currículo é componente indispensável para a construção de ideologias, comungando com os fenômenos culturais existentes (CARVALHO; SCALDAFERRI, 2017; PEREIRA, 2007).

Nessa linha, a escola é responsável pelas construções e desconstruções de ideologias étnico-raciais, embora acreditando que como um aparelho ideológico do Estado reprodutor de regras, valores, conteúdos determinados no campo curricular, favorecendo uma cultura hegemônica, pode-se manifestar de forma alheia ao currículo real e oculto. Lamentavelmente, as culturas e vozes dos grupos minoritários e/ou marginalizados pela sociedade, consideradas insignificantes, são diariamente silenciadas, estereotipadas e deformadas para anular, aniquilar as possibilidades de reação (SANTOMÉ, 1995).

O sistema educacional rejeita apropriar-se da afirmação que possui caráter racista e segregador, e continua a oferecer uma educação que limita as oportunidades e possibilidades equânimes, tanto no campo político, quanto cultural aos afrodescendentes. Controlada pela ideologia material, acerca da questão étnico-racial, prega uma ideia de inferiorização do negro, e, conseqüentemente, alimenta as desigualdades sociais. Por meio da escola, preserva-se a camuflada escravidão dos negros, o que se justifica, na

sociedade, o número expressivo de negros explorados em relação ao branco (CUNHA JÚNIOR, 2001; SANTOS, 2016).

Destarte, com o intuito maquiador da verdade estatal arraigado nas escolas, surge-se a Democracia Racial. Infelizmente, um mito brasileiro bastante eficaz de controle social. Tal afirmação é notória quando “ideologias geográficas” reafirmam a ideia errônea de que a conquista do território brasileiro foi pacífica, bem como amigável no processo de construção da identidade do povo, pela miscigenação das raças e da diversidade cultural, rompendo, assim a discriminação racial (SANTOS, 1989; RATTIS, 2010).

Enfim, o ambiente escolar é lugar oportuno do processo dialógico entre classes e grupos sociais, rompendo os conflitos e as diferenças por meio do respeito à diversidade. Lugar onde a disposição de construção e/ou (re)confirmação de identidade étnicas deveria ser primazia no processo ensino-aprendizagem, dando a oportunidade da valorização das raízes étnicas, porém tal realidade é utópica. Dessa forma, a inexistência da imagem, do componente negro no ambiente educacional, tolhe a criança negra, impedindo-a de conhecer sua história, cultura, e, automaticamente, restringindo-a na possibilidade de identificar-se e construir uma nova realidade. Assim sendo, as escolas necessitam urgentemente reformular seus componentes curriculares a fim de promoverem uma educação antirracista buscando respeitar o negro no contexto escolar (NEVES, 2008).

IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.639/03

A aprovação e a efetivação da Lei nº10.639/2003 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nacional para que se incluía nos currículos oficiais da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e cultura afro-brasileira, resposta das ações afirmativas em prol de políticas públicas voltadas à

temática, com o escopo de combater a discriminação racial, no espaço educativo, em todas as modalidades e níveis da educação básica. Espera-se com este leque aberto de oportunidade nos estudos da cultura afrodescendente conseguir a igualdade e a união das culturas e raças (GONÇALVES, 1999).

Menciona-se corroborar com o exposto, o artigo 1º da referida Lei.

Art. 1º - A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B: "Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (BRASIL, 2003).

Torna-se obrigatório, na Educação Brasileira, o estudo da História e Cultura Afro-brasileira, incluindo os estudos da África e dos africanos, a luta dos negros, a cultura negra, o negro na formação da sociedade, resgatando a contribuição desse povo nas áreas social, econômica e política. Mais uma vez, as leis se fazem necessárias para a modificação do pensamento arcaico de um colonialismo superior, autoritário e desumano. Dessa forma, leva à conscientização e à valorização do negro para dentro das escolas com intuito da transformação social, à medida que insere novos conceitos e valores a serem seguidos (NEVES, 2008).

Segundo a mesma autora, os professores possuem a competência e a responsabilidade social de ensinar a matéria africana, com maestria,

objetivando desconstruir os estereótipos e preconceitos expandidos no meio e por interação social, que ora se apresentam contidos, implícito, ora explicitamente na sociedade brasileira. Nesse sentido, o trabalho pedagógico terá confrontos ao tentar superar os desdobramentos da visão cultural hegemônica, uma vez que vencerá esse pensamento antigo pelo surgimento de novas concepções benéficas a este respeito. É imprescindível que o educador, nessa fase de (re)construção das identidades particulares dos educandos, obedeça à legislação educacional, na perspectiva de que sua atuação diante da diversidade étnico-racial e cultural, supere preconceitos ainda sentidos no corpo social.

PRECONCEITO ÉTNICO-RACIAL, INTERAÇÃO SOCIAL E VYGOTSKY

Sabe-se que o ser humano está em constante formação e em processo de aprendizagem e essas não ocorrem isoladamente, pois são inúmeros os fatores, tanto biológicos, quanto sociais ou históricos que influenciam na formação do sujeito, mas que solitariamente não determinam a sua constituição, ou seja, não há possibilidade de o cognitivo acontecer de forma isolada. Como afirma Vygotsky, "o comportamento do homem é formado por peculiaridades e condições biológicas e sociais do seu crescimento" (VYGOTSKY, 2001a, p. 63).

Ainda, ensina o autor que ousa em dizer que, desde o nascimento, o homem já é um ser social em desenvolvimento e todas as suas manifestações acontecem porque existe outro ser social contribuinte com a formação humana. Ainda que em idade tenra, a criança já está inserida no campo de comunicação e absorção do mundo exterior, pois o convívio com familiares e com outras pessoas fora desse ambiente gera na criança o processo de formação cognitiva, mesmo sem o signo (fala) já conseguem se expressar por meio de atitudes e gestos. Portanto, o indivíduo participante de um grupo

social, ao conviver com outras pessoas, efetua trocas de informações e, dessa feita, vai construindo o seu conhecimento conforme seu desenvolvimento psicológico e biológico lhe permite.

Para Vygotsky:

A história do desenvolvimento das funções psicológicas superiores seria impossível sem um estudo de sua pré-história, de suas raízes biológicas, e de seu arranjo orgânico. As raízes do desenvolvimento de duas formas fundamentais, culturais, de comportamento, surge durante a infância: o uso de instrumentos e a fala humana. Isso, por si só coloca a infância no centro da pré-história e do desenvolvimento cultural (VYGOTSKY, 1998, p. 61).

Dessa maneira, percebe-se que a interação tem papel fundamental no desenvolvimento da mente. A partir da interação entre diferentes sujeitos se estabelecem processos de aprendizagem e, por consequência, o aprimoramento de suas estruturas mentais existentes desde o nascimento.

Como já dito, o homem não constrói seu conhecimento, sua formação humana isoladamente, havendo sempre a necessidade do convívio social, no qual gera e desencadeia o processo de aprendizagem na coleta externa e internalização do conceito já amadurecido pelo significado compartilhado pela sociedade. O outro social se torna altamente significativo nesse processo da construção do homem, principalmente na formação das crianças que se encontram vulneráveis ao saber (VYGOTSKY, 1998).

Ao tratar das funções psicológicas superiores no desenvolvimento da criança, Vygotsky as classifica em dois momentos:

Primeiro no nível social, e, depois, no nível individual; primeiro entre pessoas (interpsicológica), e, depois, no interior da criança (intrapicológica). Isso se aplica igualmente para atenção voluntária, para a memória lógica e para a formação de conceitos. Todas as funções superiores originam-se das relações reais entre indivíduos humanos (VYGOTSKY, 1998, p. 75).

É imprescindível que a criança já se sinta participante ativo deste mundo ao se comunicar. Afinal, o conhecimento não está no sujeito nem no

objeto, mas na interação entre ambos. Nessa dinâmica da captação do contexto social externo para a internalização do conhecimento, é possível apontar que o sujeito é um elemento ativo no processo de construção do seu saber, pois conforme cria relações ao se comunicar, desenvolve-se cultural e socialmente, demonstrando-se indivíduo ativo (ROGOFF, 1988).

Dessa maneira, Rogoff estabelece que o aprendizado acontece a partir da apropriação participatória:

O conceito de apropriação participatória se refere a como indivíduos mudam através de seu envolvimento em uma ou outra atividade. Com a participação guiada como processo interpessoal através do qual as pessoas são envolvidas na atividade sociocultural, a apropriação participatória é o processo pessoal pelo qual, através do compromisso em uma atividade, os indivíduos mudam e controlam uma situação posterior de maneiras preparadas pela própria participação na situação prévia. Esse é o processo de apropriação, e não de aquisição (ROGOFF, 1998, p. 126).

Dessa forma, acerca da natureza social do ser humano que o acompanha desde seu nascimento, e do aprofundando na teoria de Vygotsky que afirma que através da apropriação participatória, os envolvidos estabelecem novas condições para aquela situação, ou seja, estabelecem conexões conforme as necessidades do grupo em específico (ROGOFF, 1998; VYGOTSKY, 1998).

Antes de iniciar sua vida escolar, a criança participa do grupo familiar e de grupos ligados à família, porém é no seio escolar que esse processo de interação em grupo e convívio social se intensificam, por isso a escola se destaca como status de espaço legítimo de construção e partilha de conhecimentos. Assim, o homem, como indivíduo interativo, absorve no contexto social e por meio dele seus saberes em todos seus aspectos, tanto aqueles de edificação quanto, também, a absorção da essência grupal em seus conceitos e pré-conceitos (CAVALLEIRO, 2004).

Diante dessa propriedade social do conhecimento, há a posse

cognitiva de grupo estigmatizados por pensamentos degradantes do outro, especificamente do afrodescendente, expandindo suas mentalidades e verdades que julgam absolutas. Acerca disso, antes de adentrarmos à temática preconceito, esbarra-se em conceitos e concepções existentes na sociedade, percebendo que estão concretizadas na realidade do indivíduo afrodescendente, e exteriorizadas, quando são marginalizados por discursos pejorativos, nomeado como racismo, preconceito e discriminação (ALMEIDA, 2019).

Para conceituá-los cita-se Almeida (2019).

[...] racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. A discriminação, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados (ALMEIDA, 2019, p. 32).

Diante da narrativa deste autor, ousa-se argumentar que, as formas de marginalização do afrodescendente são pré-conceitos adquiridos e absorvidos por manifestações de práticas conscientes ou inconscientes que cominam desvantagens ao indivíduo negro, ou seja, as referidas práticas são percebidas e expandidas por meio do contexto social humano, pois são concretizadas por meio da comunicação, da troca de informação, assim, a interação social no processo de formação do homem pode ou não contribuir com tal redação.

Francisco Jr. (2007) preconiza que, há tempos, existem discursos persuasivos sobre igualdade social, étnico-racial, sendo os negros tratados de forma igualitária acerca dos direitos, porém o que se percebe em nossa realidade social está distante dessas afirmações. O que se percebe sobre o

negro é "fruto de um processo de desumanização, devido a uma distorção histórica na qual se instaura a situação-opressora estabelecida pela violência de quem oprime". Abordando essa análise, percebe-se que as configurações das relações de desigualdades foram provocadas por meio de uma distorção histórica; bem como pela projeção e disseminação dessas desigualdades no seio da atual sociedade que são concretizadas nas verbalizações da interação social (FRANCISCO JR., 2007).

Ianni (1997) argumenta que, com a globalização, a discussão das desigualdades e das relações étnico-raciais se intensificou em todo o mundo, configurando implicações sociais, econômicas, políticas e culturais. Entretanto, não podemos esquecer que para entendermos melhor a temática, bem como a distorção histórica, teremos que frequentar a realidade pretérita, assim como arguido anteriormente.

Dessa forma, ensina Silva (2004) que a sociedade negra passa a sofrer o impacto dessa marginalização oriunda das características genéticas que possuem, pois o capitalismo dita modelos e regras, os quais, por vezes, negam a cultura afrodescendente. Uma vez o conceito rotulado nos lábios do outro social, a expansão dessa exclusão é inevitável, atingindo campos e lugares incontáveis. Nesse sentido, o outro social age de forma positiva como também negativa e prejudicial à formação do indivíduo. Ressalta-se a intervenção do professor, sujeito já portador dos significados partilhados pelo social, que possui a capacidade de modelar o indivíduo positivamente por meio da internalização do conhecimento construído de forma horizontal e pelas metodologias ativas.

Nesse sentido, para Vygotsky o desenvolvimento do pensamento parte do social para o individual. Compreendendo o meio escolar como um ambiente social, o palco da aprendizagem, o professor atua como mediador e não protagonista. Nessa mediação, esse autor propõe apresenta obstáculos/desafios para que o ser seja proativo ao estabelecer a construção

de métodos e soluções, aprimorando e formando o conhecimento, afastando atividades mecânicas. Uma alternativa para resolver isso é o que Vygotsky chamou de lei da consciência, segundo a qual “os obstáculos ou as perturbações de uma atividade automática fazem com que o autor dessa atividade se aperceba dela” (VIGOTSKY, 2001b, p. 22).

Assim, diante dos ensinamentos do mesmo autor, para que essa conscientização ocorra, a fala tem um papel fundamental. Percebe-se assim quão importante é o diálogo para a construção da aprendizagem, mas deve-se estimular o diálogo buscando o significado e a compreensão da palavra, dando o surgimento do conceito, daquilo que está sendo estudado, pois segundo Vygotsky (2001b):

Uma palavra sem significado é um som vazio [...]. No entanto, um estudo mais aturado da gênese do conhecimento e da comunicação nas crianças levou à conclusão de que a comunicação real exige o significado – isto é, a generalização – tanto quanto os signos (VYGOTSKY, 2001b, p. 12-13).

Dessa forma, estabelece por meio do encontro coletivo a possibilidade das construções cognitivas, o que gera a conceituação. Entretanto, a fala, como instrumento linguístico, é primordial para a comunicação, bem como para reger determinado assunto no meio social, o que se faz pré-estabelecido, por meio da internalização de possíveis verdades sobre o outro. Sabe-se que a transmissão de conceito gera um impacto no contexto social, resta expandir termos os quais corroboram com a desconstrução do preconceito étnico-racial e, não o contrário, advindo do capitalismo social (VYGOTSKY, 2001b).

Assim ele ensina:

[...] o desenvolvimento do pensamento é determinado pela linguagem, ou seja, pelos instrumentos linguísticos do pensamento e pela experiência sociocultural da criança. Fundamentalmente, o desenvolvimento da lógica na criança, como o demonstraram os estudos de Piaget, é função direta do seu discurso socializado. O

crescimento intelectual da criança depende do seu domínio dos meios sociais de pensamento, ou seja, da linguagem (VYGOTSKY, 2001b, p. 54).

Não há dúvida, que o desenvolvimento cognitivo que o indivíduo constrói é fruto dos instrumentos linguísticos adquiridos, especificamente da linguagem, que é manifestada pelas experiências socioculturais que o indivíduo vivencia, e, pelo seu desenvolvimento, está a capacidade da fala que é o argumento convincente sobre determinado conceito, coisa ou fato.

Dessa forma, a construção de significados, a criação de obstáculos, o papel do professor como mediador e a postura da sociedade são de extrema importância, pois “[...] a gênese dos conceitos é um processo criativo e não mecânico e passivo; q um conceito surge e toma forma no decurso de uma complexa operação orientada para a resolução do mesmo problema [...]” (VYGOTSKY, 2001b, p. 58). Complexa na somatória de tudo que o envolve, não sendo um fruto da individualidade, do isolamento, pois viver em coletividade gera a coleta de informações e vivências em seu interior, processando todo o absorvido, para que assim, nasça novos conceitos, significados para serem exteriorizados novamente, no contexto social, agora com uma diferença, a palavra está amadurecida.

Nessa linha de argumentação, pergunta-se: o preconceito étnico-racial que presenciamos, em pleno século XXI, é consequência da disseminação no meio social do pensamento do outro social?

Sabe-se que o ambiente que proporciona o desenvolvimento do ser em formação é aquele no qual se manifesta a interação e a busca pelo significado dos conceitos, por isso a teoria de Vygotsky evidencia a importância da interação social para o desenvolvimento do que somos, seres humanos advindos da cultura construída ao longo da história, mas também temos ações voluntárias, em que imersos nessa sociedade, ocorre a interação dialética, pois “ao mesmo tempo em que o ser humano transforma o seu meio para atender suas necessidades básicas, transforma-se a si mesmo”

(REGO, 2004, p. 41).

Contudo, viver na atualidade com os pensamentos de anos e anos atrás é ao mesmo tempo estar acorrentados em inverdades, aprisionados na roupagem dos coloniais, não dando a oportunidade de novos conceitos e significados a essa temática. Promulgar leis para valorização do afrodescendente é propiciar o sentimento de que ainda não houve a abolição da escravidão no Brasil, e, por isso, a necessidade de ressaltar positivamente a cultura e o estereótipo negro como uma forma gratidão pelo país que ajudaram a construir e pelas riquezas históricas que herdamos. Vygotsky concede por meio da interação social uma luz, ao ressaltar seu ensinamento, que o pensamento é construído por meio da coletividade, uma vez que ao atingir-se o âmago da sociedade com discursos desconstrutivos do preconceito étnico-racial, teremos uma sociedade brasileira pautada no respeito e na valorização do indivíduo negro (VYGOTSKY, 1998; BRASIL, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido trabalho trouxe a importante discussão sobre o preconceito étnico-racial sobre algumas vertentes de grande valia, contribuindo, plausivelmente, com a formação de indivíduos ativos e possuindo discursos e afirmações convictas, bem como apresentando a importância e o protagonismo do homem no contexto social.

Viajar diante da realidade tão esquecida, marginalizada e camuflada nos pensamentos autoritários, é redescobrir traços marcados pela arrogância, ambição de homens com “superioridade intelectual” em rotular humanos, ou melhor, escravizá-los de acordo com seu bem prazer. Ver uma cultura já existente ser destruída pela inconformidade e pela falta de humildade em aceitar o novo e o diferente para firmar conceitos europeu, estendendo suas

concepções. Acreditar em descobrimento territorial, uma vez que já estava habitada, é oferecer louvor para quem não merecia.

No cenário de desigualdade social, maquiando uma democracia racial por meio de promulgação das leis para que todos possam acreditar que o país se torna equilibrado nos direitos do afrodescendente, é trabalhar com afirmações ao ponto de conscientizar a todos de uma verdade inexistente. Políticas públicas escritas no ordenamento jurídico que refletem no seu cumprimento ao analisar a sociedade brasileira, onde o afro-brasileiro, ainda, está escravizado na consciência da população.

O preconceito étnico-racial que vivemos em pleno século XXI é consequência da disseminação no meio social do pensamento do outro social?

Nesse intuito, Vygotsky traz o brilhante ensinamento da responsabilidade da interação social e do contexto social na vida do homem, que não vive isolado e solitário, mas inserido na realidade externa, o que contribuiu significativamente com a construção do cognitivo, e do pensamento para intelectuais superiores.

Dessa forma, só haverá conhecimento quando o indivíduo entrar no processo que se chama zona de desenvolvimento proximal, ou seja, lugar onde o homem traz suas concepções reais, sua leitura de mundo e de conceitos, misturado com a contextualização social, o diálogo, a problematização, a instrumentalização, havendo, assim, a internalização que é todo o processamento das informações absorvidas surgindo novos conceitos e verdades que serão devolvidos à sociedade de forma madura e convincente.

O outro social como formação consciente e inconsciente é peça fundamental nesse processo intelectual, sendo um mediador, condutor das informações, dos instrumentos, dos signos e dos significados para serem inseridos nas realidades alheias. Dessa forma, havendo essa figura do outro

social consciente na desconstrução do preconceito étnico-racial haverá a possibilidade da quebra de ideias e de pré-conceitos trazidos pelo indivíduo, especificamente pelas próprias crianças, as quais seriam o ponto de partida para, futuramente, serem adultos edificados pelo discurso antirracista.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- ARAÚJO, R. D.; ROCHA, N. B. Educação e ideologia: uma análise marxista do Programa Escola Sem Partido. *In*: Colóquio Nacional e I Encontro Internacional Marxismo, Teoria Crítica e Filosofia da Educação, 4., 2016, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2016.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. **Lei nº 10.639/03 de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 9 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 22 dez. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura Afro-brasileira e africana**. Brasília, DF: MEC 2004.
- CARVALHO, N. L. G. de; SCALDAFERRI, L. R. Reflexões sobre o Mito da Democracia Racial no espaço escolar e a implementação da Lei nº 10.639/03. *In*: Colóquio Marx e o Marxismo 2017: de o capital à Revolução de Outubro (1867 – 1917), Niterói, 2017. **Anais** [...]. Niterói: UFFR, 2017. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MM/MM2017/AnaisMM2017/MC70/mc704.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2023
- CAVALLEIRO, E. dos S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. Editora Contexto, 2004.
- CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

CUNHA JÚNIOR, H. Africanidade, afrodescendência e educação. **Educação em debate**, v. 2 n. 42, 2001.

FRANCISCO JR., W. E. Opressores-oprimidos: um diálogo para além da questão étnico-racial. **Química Nova na Escola**, São Paulo, n. 26, p. 10-2, 2007.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, 2004.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes nas relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: BRASIL, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03**. Brasília: MEC-SECAD, 2005

GONÇALVES, M. A. R. Brasil, Meu Brasil Brasileiro: Notas sobre a construção da identidade nacional. *In*: GONÇALVES, M. A. R. (Org.). **Educação e Cultura: Pensando em cidadania**. Rio de Janeiro: Quartet, 1999.

IANNI, O. **A era da globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LAVINSKY, L. P.; SOUZA, E. Q. de; PEREIRA, R. S. Relações Étnico-Raciais Na Educação Infantil: “eu não sou preto, sou branco escuro”. *In*: IV Colóquio Internacional do Museu Pedagógico, Vitória da Conquista, v. 13, n. 1, p. 2639-2643, 2019. **Anais [...]**. Vitória da Conquista: UESB, 2019.

MIRANDA, C. A. S. *et al.* Relações étnico-raciais: uma abordagem escolar. **Interfaces Científicas-Humanas e Sociais**, v. 4, n. 2, p. 143-153, 2015.

NEVES, P. C. As relações étnico raciais na educação infantil. *In*: Simpósio Internacional: o Estado e as políticas educacionais, 4., Uberlândia, 2008. **Anais [...]**. Uberlândia: Digiteca, 2008. Disponível em: <http://www.simpósioestadopolíticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/CP02.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2023

OLIVEIRA, F.; ABRAMOWICZ, A. Infância, raça e “paparicação”. **Educação em Revista**. v. 26, n. 02, p. 209-226, ago. 2010.

PEREIRA, E. de A. **Malungos na escola: questões sobre culturas afrodescendentes e educação**. São Paulo: Paulinas, 2007.

RATTS, A. Geografia, relações Étnico-raciais e Educação: A dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino. **Terra Livre**, v. 1, n. 34, 2010.

REGO, T. C. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

ROGOFF, B. Observando a atividade sociocultural em três planos: apropriação participatória, participação guiada e aprendizado. *In*: WERTSCH, J. V.; ALVAREZ, A.; DEL RÍO, P. (Orgs.). **Estudos socioculturais da mente**. Porto Alegre: ARTMED, 1998

SANTOMÉ, J. T. As culturas negadas e silenciadas no currículo. *In*: SILVA, T. T. da. **Alienígenas na sala de aula**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SANTOS, J. R. dos. **O que é Racismo**. 13. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

SANTOS, J. R. dos. **A questão do negro na sala de aula**. 2. ed. São Paulo: Global, 2016.

SILVA, V. L. N. da. As interações sociais e a formação da identidade da criança negra. Reunião Anual da ANPED, 27., Caxambu/MG, 2004. **Anais [...]**. Caxambu: ANPED: 2004.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001a.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. [S. l.]: Ed Ridendo Castigat Mores, 2001b.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SOBRE OS AUTORES

Gleudson da Silva Oliveira

Formação acadêmica em Direito e Licenciatura em Pedagogia, especialização lato sensu em Psicopedagogia Clínica e Institucional; especialização lato sensu em Educação Infantil, Especial e Transtorno Global de Desenvolvimento – TGD, mestrando pelo Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí. Professor na Rede Municipal de Pires do Rio pela Prefeitura Municipal, na Educação Básica, especificamente no Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

E-mail para contato: silva_gleudson@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1967006861035796>

Cristiane Maria Ribeiro

Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (1995), Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (2000) e

Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (2005). Foi professora efetiva da Universidade Federal de Goiás e atualmente está vinculada ao Instituto Federal Goiano na condição de professora. Tem experiência na Educação Básica e em pesquisa principalmente os seguintes temas: Educação, Negros, Políticas Educacionais e História da Educação. É professora do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Goiano.

E-mail para contato: cristiane.maria@ifgoiano.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8450101390089471>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7564-3295>